

O vazio teórico no pensamento crítico latino-americano: a Teoria Marxista da Dependência como ápice da elaboração sobre o continente

Roberta Sperandio Traspadini*
Marisa Silva Amaral**

Resumo: O pensamento social latino-americano do século XX, além de ter sido influenciado por profundas irrupções políticas desde a colonização até a atual ordem neoliberal, congrega uma riquíssima produção intelectual crítica que buscou compreender as bases de seus processos internos e, a partir disso, engendrar disputas que pusessem fim à ordem do capital. Pelo menos assim foi até o arrefecimento do chamado debate da dependência ocorrido entre as décadas de 1960 e 1970. Defendemos que o ápice deste debate se deu com a crítica científica e política ao imperialismo e ao capitalismo oferecida pela Teoria Marxista da Dependência (TMD) e que as formulações que se apresentam a partir de então, apesar de se verem como avanços frente à perspectiva dependentista, representam verdadeiros retrocessos analíticos que, ademais de criarem um vazio teórico ainda não preenchido, contribuem com o aniquilamento da América Latina como problema teórico.

Palavras-chave: América Latina; pensamento social; Teoria Marxista da Dependência; pós-modernidade.

A história das ideias, sobretudo no campo do pensamento social, é reveladora de uma assertiva há muito anunciada pelos que se inserem no debate da Economia Política: não há, nem poderia haver, formulações teóricas neutras e abnegadas, desvinculadas de interesses materiais e, portanto, de interesses de grupos e classes sociais determinados.

A teoria é sempre para alguém e para algum propósito. Todas as teorias possuem propósitos. [...] O mundo é visto a partir de um ponto de vista definido em termos de nação ou classe social, de dominação ou subordinação, [...] da experiência passada e de esperanças e expectativas para o futuro. [...] Portanto, não existe algo na teoria em si mesma, divorciada de um ponto de vista no tempo e no espaço (COX, 1986, p. 128, tradução nossa)

No caso do pensamento social latino-americano do século XX não é diferente. Permeada por processos políticos que atravessam um longo período de colonização, seguido de um conservadorismo desbaratado por uma série de revoluções que visavam a emancipação de seus povos, por sua vez golpeadas por uma sequência de regimes militares que se posicionaram como antessala do individualismo racionalista que fundamenta a atual hegemonia neoliberal, a

*Professora Adjunta do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (ILAE/UNILA). E-mail: robertatraspadini@gmail.com.

**Professora Associada do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI/UFU). E-mail: marisaamaral@gmail.com.

América Latina foi palco de uma riquíssima produção intelectual crítica que buscou não apenas compreender as bases e desdobramentos de todos esses movimentos concretos, mas também engrenar e/ou aprofundar disputas que pusessem fim à ordem do capital. Pelo menos assim foi até o arrefecimento do chamado debate da dependência ocorrido entre as décadas de 1960 e 1970.

A nosso ver, o ápice desse debate se deu com a crítica científica e política ao imperialismo e, por conseguinte, ao capitalismo oferecida pela Teoria Marxista da Dependência (TMD), complementar à que Marx e os próprios teóricos marxistas do imperialismo, como Vladimir Lenin e Rosa Luxemburgo, já haviam exposto, sobretudo por se dedicar à compreensão do papel das formações econômico-sociais latino-americanas no desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, será a contribuição de Ruy Mauro Marini aquela de maior proeminência e profundidade, em particular por avançar na construção de categorias teóricas capazes de delinear certas leis gerais de funcionamento de um

capitalismo *sui generis* que se organiza na América Latina, especialmente após a 1ª Revolução Industrial, quando os países latino-americanos já se apresentam todos com independência formal frente às metrópoles colonizadoras – ainda que, obviamente, com todos os impactos e constrangimentos dos processos de colonização sobre suas cabeças. (TRASPADINI e AMARAL, 2021, no prelo)

A profundidade da análise, do diagnóstico e, particularmente, das tarefas políticas daí emanadas será proporcional ao exame crítico que esta perspectiva receberá, especialmente no interior do marxismo. Parte da crítica cumpre um relevante papel, inclusive por fazer avançarem elaborações mais precisas e acuradas no corpo da TMD. Outra parte, no entanto, será absolutamente injusta e, para além de sonegar espaço ao debate, abrirá as portas para formulações que se mostrarão incapazes de trazer avanços tanto do ponto de vista da análise quanto do ponto de vista da ação, criando um vazio que se reproduz ainda hoje com muito vigor e que nos afasta de uma perspectiva que enxergue além das reformas de corte keynesiano. Alguns elementos preliminares dessa controvérsia é o que este texto pretende mover nas próximas linhas.

Para tanto, passaremos por um breve resgate dos primórdios e do ambiente em que se dá o debate da dependência, retomaremos o teor geral da crítica teórico-política que, de forma decisiva, faz a TMD, e concluiremos com o retrocesso analítico que as críticas à crítica representam. O que vincula esses três itens são duas dimensões indissociáveis: uma sobre o papel da teoria e da boa crítica que a faça avançar, incidindo na formação de quadros e, portanto,

na ação revolucionária; e outra sobre o empobrecimento da análise quando voltamos aos clássicos com as perguntas do nosso tempo – fruto tanto do neoliberalismo como da pós-modernidade.

O debate da dependência I: o ambiente e os primórdios

Uma das principais características do pensamento crítico social latino-americano na década de 1970 foi a batalha das ideias em torno ao debate do desenvolvimento, em primeira instância, e, conectado ao mesmo, às leituras da dependência. Vale destacar, de antemão, que todo bom combate no interior do pensamento crítico estava, naquele então, diretamente associado à assertiva da centralidade política das teses debatidas, que gravitavam – na Sociologia, na História, na Filosofia e na Economia – em torno às ideias de Marx e dos marxismos. Portanto, os embates à luz da crítica da economia política tinham como referência principal as revoluções socialistas ocorridas no continente.

É importante demarcar o ambiente da produção intelectual em meio a um contexto difícil de ditadura e ofensiva neoliberal: envolvia muito convívio, hospedagens solidárias, estratégias e táticas de sobrevivência ante às perseguições e, à medida que a atmosfera se tornava menos hostil, incorporava a realização contínua de seminários, conferências, grupos de estudo e pesquisa, a circulação de textos. De modo que a produção original que daí emergia assimilava as contradições inerentes àqueles contextos e demarcava, a partir da luta de classes, de que lado se posicionavam esses intelectuais em cada uma das realidades concretas em ebulição revolucionária na América Latina.

As memórias de Ruy Mauro Marini (2005a), Vânia Bambirra (1994) e Theotônio dos Santos (1994) nos dão a dimensão de um tempo memorável em que divergir não era sinônimo de aniquilar, destruir, invisibilizar, ao menos para os/as marxistas. A generosidade e o afeto oriundos da comunhão tecida no exílio andavam lado a lado com a divergência em alto nível, pois pautada no compromisso do pensar associado ao agir (filosofia da práxis). Também as publicações coletivas, sobretudo aquelas oriundas dos seminários, nos dão a dimensão da produção teórica desta época: a antologia produzida por Marini e Millán (1994), por exemplo, demarca que as batalhas conformavam campos comuns e, dentro destes, a potência da crítica fazia com que todos fossem impelidos a melhorar suas elaborações, responder com critérios teóricos às contraposições, adequar suas leituras ao complexo e mutável contexto das guerras de guerrilhas, das revoluções e das diversas reações políticas por parte do capital a essa contra-

hegemonia em diferentes tons no continente.¹

Assim, ao escrevermos no século XXI sobre um dos mais preciosos e potentes momentos do pensamento crítico social latino-americano, não devemos jamais perder de vista essa conjunção de fatores e de compromissos da intelectualidade deste período com: i) a aprendizagem e a centralidade da revolução socialista, em especial à luz da experiência cubana; ii) a importância da produção de documentos que trouxessem ao momento histórico da luta de classes os avanços teórico-analíticos precedentes; e iii) a inseparabilidade entre teoria e ação revolucionárias, contemplando as diferentes concepções que abrigavam o debate da reforma e/ou da revolução.

Toda essa atmosfera e engajamento na construção de uma análise da realidade que extrapolasse os limites das visões eurocêntricas quanto à América Latina e seu papel nas relações internacionais se ergue, inicialmente, a partir de uma ruptura crítica fundamental com o pensamento convencional, porém ainda estritamente vinculada a uma leitura etapista de desenvolvimento, defensora da industrialização como forma de superação da dependência e como passaporte de entrada no grupo dos países tidos como avançados. Vale aqui uma breve digressão a respeito de como o debate se constrói.

O interesse pelos problemas do (sub)desenvolvimento é substancialmente amplificado ao final da Segunda Guerra Mundial, quando são detonados processos de disputa por independência política de algumas colônias europeias na África e na Ásia, acompanhados de um forte rechaço à forma tradicional de pensar o desenvolvimento, plenamente baseada nas experiências das grandes potências econômicas do mundo ocidental e na estreita identificação entre desenvolvimento e crescimento econômico.

Não significa que não houvesse antes disso elaborações teóricas sugestivas quanto ao tema. Significa apenas que é nesse contexto histórico que o debate sobre o (sub)desenvolvimento passará a compor uma área específica de estudos e as interpretações sobre as causas e consequências do “atraso” e “obsolescência” de muitas economias frente a outras poucas “modernas” e “avançadas” se deslocará do eixo eurocêntrico no qual até então se situava e incorporará – não sem reservas – perspectivas internas, próprias aos países periféricos.

As ideias dominantes até então pairavam, de uma forma ou de outra, sobre os equívocos de se considerarem as experiências europeias e estadunidense como modelos de organização social e produtiva a serem seguidos inclusive por sociedades que haviam atravessado processos históricos totalmente distintos, atrelados, diga-se de passagem, às próprias investidas

¹ Outros exemplos são os livros de Leopoldo Zea e de Enrique Semo, compiladores de um grande debate solidário.

expansionistas do centro. As melhores expressões desse arcabouço podem ser encontradas nos variados modelos de crescimento (lidos como modelos de desenvolvimento) que passam a pipocar nos periódicos especializados entre os anos 1940-50 e cujos objetivos podem ser sintetizados, de um modo geral,² na proposição feita por Rostow (1978) de que toda e qualquer sociedade alcançaria um estágio pleno e superior de desenvolvimento depois de atravessadas sequencialmente as cinco etapas³ pelas quais, segundo ele, teriam passado os países “desenvolvidos” (e aqui o espelho principal para a última etapa é a economia estadunidense).

Essa visão, além de estar ligada à problemática perspectiva das vantagens comparativas ricardiana, carrega um componente político fortíssimo ao defender a possibilidade de desenvolvimento dentro da ordem, sem rupturas com o modo de produção capitalista. Não é por acaso que o próprio Rostow assim define o título de seu livro: *Etapas do Desenvolvimento Econômico (Um Manifesto Não-Comunista)* – originalmente publicado em 1961, mas cujas bases já vinham se apresentando em trabalhos publicados nos anos 1940 e, sobretudo, 1950, e também a partir de seu estreito envolvimento na elaboração de políticas econômicas e de política externa junto a algumas administrações do governo norte-americano no pós Segunda Guerra.⁴

Deste modo, as explicações hegemônicas para o “subdesenvolvimento” latino-americano, além de se valerem de teorias que jamais tiveram a América Latina como objeto, não passavam de um exercício de pura generalização de elaborações que não guardavam compatibilidade sequer com as experiências que supostamente descreviam. (E precisamente aqui se inicia o rico debate latino-americano ao qual nos referíamos, e que é o mote central deste texto)

Sem desejar fazer sombra às contribuições de figuras como Juan Carlos Mariátegui e Raul Haya de la Torre, Juan Antonio Mella e Luis Emilio Recabarren, entendemos que a primeira elaboração mais bem estruturada desde a América Latina a captar as insuficiências das teses conservadoras é aquela produzida no seio da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), criada em 1948 no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). Em seu texto inaugural, escrito em 1949 por Raúl Prebisch, encontram-se as bases da crítica

² Reconhecemos, obviamente, as diferenças existentes em cada modelo, sobretudo no que toca aos elementos (ou variáveis) assumidos como decisivos para o desenvolvimento em cada um deles. Reconhecemos, inclusive, seus diferentes arcabouços teóricos de fundo. Nosso ponto aqui é destacar que todos eles, a despeito de suas particularidades, se pautam na mesma leitura de que há um caminho rumo ao “progresso” a partir da conformação de um arranjo econômico qualquer. Disso discordamos cabalmente (e a história percorrida parece nos dar razão).

³ “É possível enquadrar todas as sociedades, em suas dimensões econômicas, dentro de uma das cinco seguintes categorias: a sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa” (ROSTOW, 1978, p. 16).

⁴ A este respeito, ver Ribeiro (2007).

cepalina à teoria tradicional do comércio internacional e seus efeitos sobre a ampla lacuna já existente entre países centrais e periféricos.

Valendo-se das vastas demonstrações dos prejuízos provocados pelas trocas internacionais aos países exportadores de produtos primários (para usarmos uma terminologia mais geral, que nos desobrigue de discutir os meandros de uma produção agrária contemporânea altamente tecnológica e com alta produtividade do trabalho) pelo menos desde o último quartel do século XIX, Prebisch (2000) capta a principal insuficiência das vantagens comparativas: a especialização da pauta exportadora levava inevitavelmente a uma deterioração nos termos de troca, provocada pela incapacidade de fazer crescer a produtividade do trabalho em razão da inexistência de produção interna de tecnologia.

Apesar de perceber corretamente que essa dinâmica comercial desequilibrada resultava numa transferência de valor (os cepalinos usam renda) da periferia para o centro, a abordagem cepalina padece de erros de análise importantes, dos quais nos interessa aqui recuperar aquele que parece ser a chave para as críticas mais tarde levantadas a esta abordagem: a saída proposta pela Cepal para que a América Latina pudesse superar sua condição de subdesenvolvimento (saída que, diga-se de passagem, ganha status de estratégia política adotada por diversos países da região, uns com mais, outros com menos sucesso e profundidade) estava pautada na tese do desenvolvimento autônomo e envolvia uma política de industrialização via substituição de importações de bens manufaturados a ser capitaneada pelo Estado, a quem caberia oferecer incentivos e subsídios à produção nacional. Supunha-se que, como resultado, seria alcançada a industrialização plena que nos libertaria dos laços de dependência frente ao capital internacional. Ledo engano.

Em primeiro lugar porque esse modelo se concentrou na produção interna de bens de consumo, o que deixava a economia ainda fortemente dependente da importação de bens de capital. Em segundo lugar porque, paralelamente, foi mantida uma pauta exportadora predominantemente sustentada em bens primários tradicionais, sendo este o setor garantidor da capacidade de importar os bens de capital necessários à produção manufatureira interna, justo por ser o principal gerador de divisas. Um terceiro ponto reside no fato de a Cepal não considerar em sua formulação os impactos dos investimentos diretos estrangeiros e mesmo dos empréstimos externos do ponto de vista da transferência de valor da periferia para o centro; tampouco aqueles oriundos do atraso tecnológico.

O mais importante dos deslizes cepalinos, entretanto, envolve um aspecto estrutural que,

por óbvias razões,⁵ estava fora do espectro da análise da Comissão. Fica evidente que a Cepal, embora altere a chave de pensamento e inclua a América Latina no centro de suas considerações – e, com isso, supere em muito as insuficiências do pensamento tradicional, reconhecendo as especificidades da região e os impactos disso em suas relações internacionais –, permanece presa à ideia de um desenvolvimento alcançável, da possibilidade de um equilíbrio na balança de poder em nível mundial, de uma concorrência em pés de igualdade com os países industrializados, nos quais, a propósito, já se vivenciam ondas de aceleradas inovações tecnológicas, todas trancadas em patentes. A Cepal não se desprende por completo das teorias que critica, não se desliga da crença na possibilidade de um desenvolvimento por etapas sob o capitalismo. Eis aqui seu principal equívoco, que ficará muito mais evidenciado com a instauração das ditaduras militares na América Latina e a agudização de sua subordinação aos centros imperialistas.

Os primeiros a perceberem os limites da abordagem cepalina e a tecerem críticas fundamentadas a esta corrente são os intelectuais que, mais tarde, serão associados à teoria da dependência, além de marxistas estudiosos da formação social latino-americana como Agustín Cueva e José Revueltas. Entre os teóricos das diferentes vertentes que compõem o debate da dependência, a elaboração mais bem-acabada em favor de um diagnóstico preciso acerca da condição dependente latino-americana nos marcos da expansão capitalista mundial – logo, a crítica mais contundente à abordagem cepalina – é a de Ruy Mauro Marini.

Valem aqui algumas observações. Na linha do que comentávamos anteriormente, apesar de consolidar uma crítica profunda e irrefutável ao pensamento cepalino, aquela que ficará conhecida como Teoria Marxista da Dependência (TMD) não tinha qualquer pretensão de destruir seus oponentes, senão de superar sua análise, valendo-se, inclusive, dos avanços trazidos pela Cepal, sobretudo no que toca à deterioração dos termos de troca. Isso a TMD alcança com rigor. Ocorre que, mais do que se apresentar como uma resposta ao desenvolvimentismo, a TMD se insere numa disputa política/ideológica essencial com os partidos comunistas da América Latina, que viam na revolução democrático-burguesa e na luta anti-imperialista o caminho a ser percorrido pela região no sentido de sua autonomização, afinando-se, por isso, à perspectiva do desenvolvimento autônomo sob o capitalismo, e

⁵ Apesar de Prebisch, também em 1949, afirmar que “[...] o desenvolvimento econômico dos países periféricos é uma etapa a mais no fenômeno da propagação universal das novas formas da técnica produtiva ou, se preferirmos, do processo de desenvolvimento orgânico da economia mundial” (CEPAL, 2000, p. 140), parecendo, com isso, aproximar-se das teses marxistas do imperialismo, os intelectuais da Cepal clássica vinham, em sua maioria, de uma formação de matriz keynesiana, o que, a nosso ver, explica parte substantiva dos rumos da análise cepalina e, igualmente, muitos de seus equívocos.

desassociando a luta anti-imperialista da luta anticapitalista.

Isso deriva de uma incapacidade de compreender o desenvolvimento do capitalismo, o imperialismo e a dependência como indissociáveis. Aliás, deriva de uma incapacidade anterior de compreender o próprio conceito de desenvolvimento, vislumbrando esse processo como uma sequência de posições progressivamente superiores que as anteriores (isto é, os que estão na etapa 2 ocupam uma posição necessariamente melhor do que os que estão na etapa 1, quando, na realidade, as etapas 1 e 2 não se negam ou repelem; elas coexistem, são partes do mesmo todo). Diríamos até que deriva de uma incompreensão do próprio imperialismo, ainda que a luta anti-imperialista seja sempre reivindicada.

Portanto, a TMD não diz respeito apenas à disputa teórica travada com a Cepal. Diz também respeito a um endurecimento frente às propostas reformistas para a América Latina que emergiam de dentro da própria esquerda, parte dela fortemente influenciada pelo debate em torno da questão colonial. A TMD se encarrega de desfazer os mal-entendidos e equívocos das correntes que a precederam, limpa o terreno para uma compreensão objetiva sobre o que o desenvolvimento é, e põe no devido lugar a relação capitalismo-imperialismo-dependência.

O debate da dependência II: a crítica teórico-política

Como já antecipamos, dentro do debate da dependência Marini foi o que, possivelmente, trouxe mais profundos avanços teóricos para a compreensão do papel que a América Latina cumpre na economia mundial desde sua plena inserção nas relações econômicas e políticas internacionais. Partindo da divisão internacional do trabalho estabelecida pela revolução industrial europeia e negando o colonialismo como fase primeira da dependência, Marini (2005b) resgata e reafirma toda o diagnóstico levantado pela Cepal em torno das trocas desiguais no plano do comércio internacional, tratando cuidadosamente de, contudo, suplantar seus equívocos. Nesse sentido, vai além das trocas comerciais na explicação que oferece para as relações desiguais nas quais está enredada a América Latina, captando a relevância crescente que assumem os investimentos diretos estrangeiros e o endividamento externo na dinâmica da economia dependente.

Ao fazê-lo, ocorre como se Marini preenchesse lacunas importantes deixadas pelos desenvolvimentistas, jogando luz sobre outras formas de transferência de valor da periferia para o centro resultantes de um movimento de incorporação dos capitais exportados desde os países imperialistas à dinâmica interna de produção e apropriação de valor. O que Marini muito bem nota é que a expansão capitalista e a efetivação de sua atuação em nível planetário reforça um

problema estrutural da América Latina que antes se apresentava predominantemente pela via comercial e que passa a se aprofundar à medida que o “capital financeiro”, os monopólios e a exportação de capitais adquirem maior importância, tal como demonstrado por Lenin na famosa caracterização que faz do imperialismo como fase do capitalismo.

As transferências de valor, que antes se verificavam predominantemente pela via do intercâmbio desigual, são amplificadas pelas remessas de lucros às matrizes das empresas estrangeiras atuantes na América Latina e pelo pagamento do serviço da dívida externa contraída (sobretudo nos anos 1970, desdobrando-se na crise da dívida dos anos 1980, consequência do chamado Choque Volcker, de 1979), inicialmente, para que se fizesse frente à necessidade de divisas que garantissem as importações, e, uma vez instaurada a dinâmica de eterna rolagem da dívida, para que fossem garantidos os rendimentos ao capital fictício especulativo e curto prazista que passou a dominar a economia da região.

Combinada a essa característica estrutural do capitalismo dependente latino-americano está a superexploração da força de trabalho, maneira pela qual se alcança internamente uma maior produção de valor, que se faz imperativa diante das novas exigências em termos de repartição da mais-valia com outras fatias de capital externo. Não significa dizer que, na América Latina, a forma exclusiva de criação de excedente seja via mais-valia absoluta, como, mais adiante, aparecerá nos críticos de Marini. Seria (e foi), inclusive, absurdo fazer tal afirmação, porque implicaria dizer que a mais-valia relativa prescinde da exploração da força de trabalho, deixa de ser trabalho excedente, não pago.

Quando Marini cria essa categoria teórica (superexploração da força de trabalho) e a define como a forma de compensação que se cria na periferia para sobrepujar as perdas internacionais de capital resultantes das transferências de valor está atento a algumas questões centrais: i) a superexploração é também característica estrutural da dependência, uma vez que se desdobra das remessas estruturais de excedentes; ii) envolve mecanismos de ampliação do excedente e, portanto, de exploração da força de trabalho, seja ela por meio da mais-valia absoluta, relativa ou extraordinária, com respeito ou violação do valor da força de trabalho no cálculo da remuneração a ser paga ao trabalhador.⁶ Pouco importa. A superexploração é qualitativamente diversa da exploração, tal como a define Marx, em razão de uma particularidade: está umbilicalmente ligada às transferências de valor, não existe sem elas, é sua

⁶ Isso implica, inclusive, um debate quanto ao papel do trabalhador do campo na fase “menos industrial” da produção agrária e em sua fase “mais industrial”. Esta não elimina aquela; combina formas, por assim dizer, arcaicas e modernas da superexploração. Inclusive, é essa combinação entre o contínuo processo de geração de mais-valia absoluta, relativa e extraordinária que polemiza com o termo desindustrialização no atual contexto “mais tecnológico” do capital produtivo agrário.

“irmã siamesa”, forma com elas um corpo só; iii) seu caráter compensatório está no fato de que recompõe a capacidade de acumulação interna de capital nos países dependentes, fragilizada pela repartição da mais-valia com o capital internacional em escala progressivamente maior; iv) é a forma dominante, a base da acumulação de capital na periferia, sendo, por isso, o próprio alicerce da dependência; e v) é o fundamento da dependência justo por determinar, conforme nos indica Marini (2005b, p. 144), “as relações de produção no conjunto do sistema capitalista”, pois, ao passo que colabora com uma dinâmica de acumulação no centro pautada no aumento da capacidade produtiva do trabalho, produz, na periferia, uma cisão das fases do ciclo do capital que denota a produção interna ampliada de valor excedente por uma força de trabalho fortemente superexplorada e, por isso, alijada do consumo. Ou seja, a periferia produz internamente valor que participará da circulação internacional de capital, potencializando a própria superexploração e levando a que a economia dependente tenha sua produção majoritariamente voltada para exportação, posta a debilidade do mercado interno de consumo.

Em outros textos, Marini discutirá a temática do subimperialismo desdobrado da superexploração e captará os movimentos que já despontam como novos traços característicos do capitalismo e da dependência em sua fase mais contemporânea, ao menos aqueles fenômenos em curso até sua morte em 1997. Não muito mais tarde, no início dos anos 2000, começa a se avultar o interesse na TMD e em sua obra, particularmente no Brasil, onde suas ideias foram absolutamente escamoteadas e suas elaborações sequer compuseram o *hall* daquilo que se compendia nos espaços acadêmicos como pensamento social brasileiro e pensamento social latino-americano. Identificamos várias razões, tanto para o apagamento de Marini no Brasil quanto para seu renascer em seu próprio país. Entretanto, nos dedicaremos a partir daqui a levantar não os motivos ou consequências desse aniquilamento, mas os limites das análises que se veem como avanços na interpretação da realidade latino-americana – quando, em verdade, o que fazem é dar muitos passos atrás não apenas do ponto de vista da elaboração teórica, mas, especialmente, da luta política.

As críticas à crítica e o retrocesso analítico

Em suas memórias, Marini reitera que a série de mal-entendidos acerca dos referenciais marxistas do debate da dependência foi iniciada com a comunicação enviada por Fernando Henrique Cardoso ao Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia, em 1972. Nos termos de Marini (2005a, pp. 91-92):

Defendendo com zelo a posição que conquistara nas ciências sociais latino-americanas, e que ele acreditava, ao parecer, ameaçada pela divulgação do meu texto, e referindo-se ainda ao artigo que saíra em *Sociedad y Desarrollo*, que não incluía a análise do processo de industrialização, a crítica de Cardoso inaugurou a série de deturpações e mal-entendidos que se desenvolveu em torno ao meu ensaio, confundindo superexploração do trabalho com mais-valia absoluta e me atribuindo a falsa tese de que o desenvolvimento capitalista latino-americano exclui o aumento da produtividade.

Em especial na resposta criteriosa feita no texto *En torno a la dialéctica de la dependencia, post-scriptum* ao ensaio de 1973, Marini retoma Marx para evidenciar a fragilidade teórica das observações desenvolvimentistas de Cardoso, que confunde aumento de mais-valia relativa com aumento de produtividade e que, por isso, recai na crítica rasteira, acusando Marini de estagnacionista e, como é comum aos weberianos, de economicista.⁷

Ainda reforçando as debilidades do weberianismo de Cardoso e Serra (1978), que tendiam a avançar na defesa da interdependência – entendida como elemento constitutivo de um desenvolvimento em uma fase de maior avanço tecnológico, que prima pela integração e/ou aniquilação daqueles empresários “menos inovadores” –, Marini revela, em tom de ironia, que teve dúvidas sobre o título de seu texto *Las razones del neodesarrollismo*, publicado em 1978 como resposta às críticas dos autores citados; antes de lançá-lo, Marini teria pensado em intitulá-lo *Porqué me ufano de mi burguesía*.

Apesar da pobreza da crítica destes autores – justificável diante de sua posição de defesa da ordem mercantil –, entendemos que a mesma teve um papel central na obra de Marini, uma vez que o exigiu ser mais detalhista e incurso na teoria do valor de Marx, associada à particularidade da formação social latino-americana.

O debate da dependência foi, assim, a referência política de muitas ações contestatórias à ordem do capital sobre a América Latina. E disto resultam, como sustenta Bamberger (1978) em resposta às leituras de Agustín Cueva, Octávio Rodrigues e Enrique Semo, muitas dificuldades analíticas acerca da crítica à dependência. Entre os motivos destas dificuldades da crítica à dependência estão, primeiro, entender que não se tratava de um campo único e sim de muitas vertentes em diálogos e divergências. Segundo, ainda quando estivessem inseridos na mesma linha política, como era o caso de Frank, Dos Santos, Marini e Bamberger, os textos precisariam integrar o conjunto de uma obra coletiva muito mais ampla do que a presente em um único

⁷ Seguindo Weber, Fernando Henrique Cardoso verá a política como uma esfera autônoma, que tem no econômico apenas uma forma de manifestação. Aqui nos bastam as palavras de Marini (1978) para contestar: “[r]educida a sí misma, la lucha política se ve así desprovista de toda base explicativa sólida”, uma vez que é a própria materialidade econômica que determina em que termos se dão as relações nos níveis social, político e até mesmo espiritual.

documento. Terceiro, e não menos importante, estavam todos, apesar das diversas diferenças, conectados pelo exílio, desencontrados de suas territorialidades, abrigados em outros territórios cujo espaço-tempo exigia estar junto, respeitando as diferenças. Nos termos de Bamberger (1978, pp. 39-40, grifos originais)

[...] es muy peligroso analizar a través de una sola de sus obras a un autor, sobre todo si ésta no es una obra de síntesis de su pensamiento. [...] la aportación de Marini no se limita a la *Dialéctica de la dependencia* y sin embargo, porque no conocen *Subdesarrollo y revolución*, sus críticos dicen que él no hace un análisis concreto de las clases sociales y cosas por el estilo; el aporte de Dos Santos no se limita a su publicación *El nuevo carácter de la dependencia*, que no es la obra más adecuada de ese autor para la discusión del concepto de dependencia y ni siquiera para discutir sus críticas a la CEPAL, y por esto le atribuyen un concepto de “dependencia externa” y críticas “implícitas” a la CEPAL; *Desarrollo y dependencia en América Latina* de Cardoso y Faletto no agota la concepción y los aportes de Cardoso sobre el tema y así por el estilo. En suma, [...] los críticos han elegido un camino más fácil – el de la simplificación – y esa es una de las razones de por qué su esfuerzo crítico resulta tan poco convincente.

Será Dussel (1988) – em uma obra imprescindível, resultado da vasta recuperação que faz sobre as elaborações de Marx que deram vida a *O Capital*, relacionando-as com os debates latino-americanos – quem responderá à crítica de Bamberger, colocando a questão nos termos da teoria do valor-trabalho. Ao recuperar a discussão dos anos 1960/70, Dussel (1988, p. 320) afirma o seguinte sobre a dependência:

En todo ese debate, en el que no podemos entrar en detalles, llama la atención el uso estricto – o al menos de clara conceptualización – de categorías tal como Marx las había construido. Por el contrario, en América Latina las cosas se plantearon explícitamente de otra manera. Pienso que hubo tres vertientes críticas (todas ellas sociológicas e históricas, pero pocas propiamente filosóficas, económicas o marxistas en sentido estricto como veremos).

Para sustentar suas observações sobre o distanciamento entre a teoria da dependência e a teoria marxiana, após resgatar a concepção histórica de Sergio Bagú e a versão sociológica de Raúl Prebisch e da CEPAL, o autor se dedica a uma terceira concepção, associada à teoria marxista da dependência, sobre a qual, após tecer críticas a Bamberger e Dos Santos, reitera a fecunda análise de Ruy Mauro Marini ao utilizar os termos próprios do pensamento marxiano. Afirma Dussel (1988, p. 327):

Mauro Marini sabe en qué consiste la “transferencia de plusvalor”, a partir de un uso categorial correcto: composición orgánica de los capitales, diferencias de los valores y precios de producción y de mercado, etc. Sin embargo, se

equivoca en la cuestión central, al confundir un “mecanismo de compensación” con una determinación esencial.

Dussel se refere à relação entre transferência de valor e superexploração da força de trabalho. Para ele, a superexploração é a consequência – e não o fundamento – de uma dinâmica estrutural desigual que a determina: a transferência de valor típica da fase monopolista do capitalismo. Um grande debate, a nosso juízo. No entanto, apesar de a forma de exposição abrir espaço para leituras críticas como a de Dussel, ao verificarmos o conjunto da obra de Marini – como, sabiamente, nos alerta Bambirra – entendemos que este autor não dissocia transferência de valor e superexploração, uma vez que está atento à totalidade do processo. Quiçá resulte no problema concreto da diferença entre método de investigação e método de exposição. Nem sempre a melhor palavra é empregada, redundando em muitas confusões que precisam, posteriormente, ser reelaboradas, assentadas no tom do combate reflexivo. Foi o que Marini fez em seu *En torno a la dialéctica de la dependencia*, de 1973: explicar, nos pormenores, as confusões originadas da leitura de um ensaio que não tinha pretensões de se tornar um grande texto referencial. Felizmente, a nosso ver, a obra ganhou esse status independente da vontade do autor. Graças a ela temos ainda hoje presentes os estudos do papel da dependência na dinâmica geral da produção e realização do valor em escala mundial na fase imperialista do modo de produção capitalista.

O que pretendemos, por ora, não é entrar na seara da discussão promovida por Dussel, pelo menos não no sentido de apontar erros e acertos (voltaremos a isso mais adiante). Pretendemos unicamente revelar que o debate, ao ocorrer em alto nível teórico, político e da práxis, nos fornece hoje muitas chaves investigativas a serem recuperadas. Inclusive sobre a crítica à TMD, as respostas e as respostas às respostas. Isto sim um debate que, com o passar do tempo, cobra sua validade histórica na vigência das teses refletidas e disputadas.

No entanto, cabe aqui uma observação reflexiva importante: não nos parece justa a demarcação de que as teses sociológicas e históricas denunciem uma não aproximação ao pensamento de Marx. Tanto porque Marx não é somente a teoria do valor ou a teoria da mais-valia, mas fundamentalmente porque só é a teoria do valor ou a teoria da mais-valia porque tem como bases estruturais o debate histórico, filosófico e sociológico que ocorre indissociável das bases materiais.⁸ É como se Dussel aceitasse a tese de que há um jovem e um velho Marx, algo com o que não nos afinamos, ainda que possamos reconhecer limites em várias de suas elaborações no campo – digamos – político.

⁸ Aqui vale a referência ao que resgatamos na nota de rodapé anterior.

Para nós, há um Marx elaborador ao longo de uma vida repleta de aprendizagens, privações e contradições. Mais justo seria reconhecer que alguns entram no debate da crítica da economia política, outros nos aspectos mais gerais da análise da formação social e histórica, sem melhores ou piores, tampouco alguém capaz de, sozinho, elaborar a dimensão total dos problemas do nosso tempo. Complementaridade, composição reflexiva, conjunto produtivo de um tempo histórico relevante. Disso se trata a nosso ver.

Somente o estudo da dependência presente dos anos 1960 em diante, e ainda vivo no século XXI, bastaria para definirmos a década de 1970 como o marco político, os anos de ouro da elaboração teórica latino-americana. Nesse sentido, acompanhar o combate estabelecido em torno da dependência naquele momento e verificar, à luz do nosso tempo, como esse debate segue vivo – apesar de parte dos críticos ter feito opções que parecem tê-los tirado do mesmo arcabouço, gerando um deslocamento daquilo que nos parece central na discussão: o imperialismo e, por óbvio, a própria dependência. Em outras palavras, a partir dos anos 1990 ocorre um giro teórico-epistêmico de alguns destes pensadores rumo à teoria do sistema-mundo (como é o caso de Theotônio dos Santos, por exemplo) e ao pensamento decolonial (como ocorre com Aníbal Quijano e o próprio Enrique Dussel, por exemplo), duas vertentes interpretativas que se colocam em claro afastamento frente ao debate sobre o imperialismo, algo que cria brutais confusões acerca dos marcos temporais do desenvolvimento capitalista no nosso continente e abre brechas para a fragilização do que até então era terreno forte: o estudo rigoroso das teses que referenciavam a ação política contra o capital na América Latina.

É bem verdade que, no caso de Dussel, a filosofia da libertação e as teses políticas sempre estiveram presentes, ainda quando houvesse centralidade no debate crítico ao desenvolvimento. No entanto, o próprio Dussel transitou de um recorrer contínuo a Marx justo para aquilo que criticou na teoria da dependência: a ausência das pegadas deste autor como referência na crítica ao desenvolvimento – “en el debate de la cuestión de la dependencia Marx brilló frecuentemente por su ausencia” (DUSSEL, 1988, p. 312). Isto tem implicações importantes no esvaziamento das discussões e no caráter formativo para a ação política das gerações nascidas após os anos 1980. Herdeiras do neoliberalismo, ao sentirem-se descontentes, tenderão a abraçar o pensamento decolonial como elemento vital de explicação sobre a centralidade da crítica do seu tempo, mas não voltarão a tecer um estudo profundo sobre o debate que consolidou o melhor pensamento social crítico latino-americano até hoje desenvolvido: o da teoria da dependência.

Nesse ponto é importante dizer que os críticos da dependência eram bons leitores de Marx, Lênin, Engels, Luxemburgo e Mandel. Como tais, faziam questionamentos e leituras buscando entender o fio condutor dos textos que criticavam a partir da força política das

revoluções no continente. Nesse sentido, ler os textos de Agustín Cueva, Enrique Dussel, Sergio Bagu, Bolívar Echeverría, entre outros, produzidos à luz dos debates da década de 1970 no México (como críticos à TMD, em particular, e ao debate da dependência, em geral), é entrar numa seara analítica rica em elementos reflexivos,⁹ algo indiscutivelmente instigante, mas absolutamente insuficiente.

Conforme sustenta Bambirra (1978), **a função da crítica** – e aqui se concentra a chave para o argumento que levantamos neste ensaio – **deve ser a de superar a análise criticada**. Ou, no pior dos casos, ser suficientemente rica a ponto de fazer com que os intelectuais da abordagem criticada sejam cirurgicamente mais precisos naquilo que analisam e propõem. Nos termos de Bambirra (1978, p. 38),

[...] sólo se puede lograr una crítica sistemática de un pensamiento, de una interpretación, si uno es capaz de situarse desde una perspectiva de conocimiento, de análisis y de interpretación superior, es decir, cuando uno puede situarse desde una concepción analítico-explicativa coherente que supere con creces el pensamiento criticado.

Isto vale para os anos 1970 e para a atualidade. E, ao que nos parece, a melhor e mais profícua análise feita acerca da condição periférica que ocupa a América Latina nas relações internacionais (a concepção marxista da dependência) não foi superada, tampouco se construiu em seu interior algum avanço capaz de superar aquilo que analisava. Em outras palavras, se lemos com o cuidado e a atenção requeridos as observações feitas por Cueva (1974) aos textos dos teóricos marxistas da dependência, visualizaremos que as críticas atuais reproduzem parte de seus argumentos, sem, no entanto, irem além dos mesmos. É impossível ler o texto de Cueva sem demarcá-lo no excelente campo do marxismo-leninismo sobre a crítica da economia política na era do imperialismo. Mas é a fortaleza teórica da totalidade o que também fragiliza sua crítica: o não entendimento das particularidades.

Fazemos coro com os argumentos de Bambirra (1978, p. 54) ao afirmar, na crítica a Cueva, que

[I]os marxistas deben saber que la lucha de clases en el seno de una nación oprimida pasa por la lucha de clases a nivel internacional y, pese a que aquella se desarrolla concretamente en el ámbito de las sociedades nacionales – lo que plantea con toda fuerza la problemática nacional –, no está aislada de las características y la dinámica que asume la lucha entre la nación oprimida y la opresora. Por tanto, es necesario dilucidar la confusión que puede generar por

⁹ Os críticos da dependência eram de uma cepa teórica e de uma qualidade humana invejáveis. Basta saber se seguiram assim ao longo do tempo ou se, com o passar dos anos, se esforçaram por apagar o debate e inscrever suas elaborações como únicas fora do marco real em que se constituíram – como parece ser o caso de Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e outros.

un lado aislar, privilegiar la contradicción mayor, de clase, en detrimento de la contradicción entre nación oprimida y opresora, y, por otro, la subestimación del factor nacional, es decir, la forma como las contradicciones entre las clases antagónicas se manifiestan en el nivel de la sociedad nacional. El razonamiento dialéctico determina la estrecha vinculación que hay entre los dos planes de la lucha de clases.

Isto, por sua vez, não deixa de situar a discussão em temas ainda muito presentes e, por isso mesmo, latentes de serem superados: os limites e perigos dos nacionalismos; a tendência a se manter a revolução em uma transição contínua que a torna refém do desenvolvimentismo; e, não menos importante, o necessário aprofundamento da revolução socialista em meio à intensificação técnico-científica das revoluções burguesas.

Cueva é, nos termos de Bambirra (1978), um excelente exemplo de bom elaborador com insuficiências de entendimento na relação entre estratégia e tática revolucionárias, particularidade e totalidade. Acerta, segundo Bambirra, em parte das críticas feitas a textos pontuais de Frank, Dos Santos, e Cardoso, mas erra, inevitavelmente, na compreensão das ideias originais de Marini – e estendemos, a partir do estudo da crítica efetivada na fase neoliberal de nosso tempo, o equívoco analítico também quanto aos textos de Bambirra.

Cueva (1974) demarca desde o começo de seu texto que debaterá com a vertente marxista da dependência. E, nesta, situa em primeiro plano os textos de Gunder Frank (autor que, hoje, vemos mais próximo à teoria do sistema-mundo, em especial por sua análise sobre a origem do capitalismo na América Latina, à qual se somará posteriormente a elaboração de Dos Santos).

Queremos, com isso, dizer que algo da crítica de Cueva poderia perfeitamente ser direcionada a alguns escritos de Frank e Dos Santos, quase toda ela é aplicável a Cardoso e Faletto (autores que não situamos no campo marxista), mas é completamente injustificada se direcionada às teses de Marini e Bambirra, que manterão – na elaboração de seus textos originais, na resposta às críticas e em seus memoriais – seu alinhamento com o marxismo-leninismo, não confundindo fase colonial com feudalismo na América Latina, mesmo quando guardem as devidas diferenças entre cada um dos casos a serem analisados – para Bambirra (1974), economias do tipo A, B e C. É como se Bambirra e Marini se mantivessem atentos ao perigo dos desvios de se descolarem das assertivas do pensamento marxista-leninista, enquanto os demais autores reagissem a esta construção, tentando dar um salto para uma reflexão original, como se fosse possível desatrelar o pensamento crítico mundial dos séculos XIX e XX das elaborações necessárias ao século XXI.

Nesse sentido, a crítica de Dos Santos a Lenin, nos termos de Cueva, é descabida, na medida em que não se encontra em Lenin uma determinação de que a exportação de capitais

gerará a melhoria do desenvolvimento das economias ditas periféricas. Nesses termos, reivindicando com rigor os pressupostos leninianos, Cueva parece acertar nas insuficiências daqueles que, para criarem o próprio, também se precipitam na crítica aos clássicos.

Também acerta Cueva (1974, p. 93, grifos originais) quando, ao referir-se a *Desarrollo y dependencia en America Latina*, de Cardoso e Faletto, afirma que

[...] uno no puede dejar de constatar, sin embargo, las claras insuficiencias explicativas del concepto *dependencia*, sobre todo cuando se dejan de lado conceptos básicos como: *fuerzas productivas, relaciones sociales de producción, clases y lucha de clases*; o bien, se los reemplaza por categorías tan ambiguas como: *expansión hacia fuera, colonias de explotación o de población, grupos tradicionales y modernos, integración social*, etcétera.

De fato, Cardoso e Faletto não tem uma definição do que seja dependência, pelo menos não na chave marxista por eles reivindicada. Conforme nos indica Dussel (1988, p. 312, grifos originais),

[m]uchos de los economistas, historiadores y sociólogos que han tratado la cuestión de la dependencia incurren en la misma falta: en vez de considerar la *relación social* internacional y la *transferencia de plusvalor* entre capitales globales nacionales de diferentes composiciones orgánicas, en el marco de la competencia en el orden mundial, lo hacen a través de las *formas particulares* o meramente por medio de aspectos fenoménicos secundarios; confunden así la esencia con la apariencia. Además, no elaboran el concepto ni construyen las categorías necesarias en un plano abstracto, *lógico y esencial* primeramente, sino que se pierden en una historia de la dependencia, caótica, científica, anecdótica.

É justo esse o caso de Cardoso e Faletto, que, na tentativa de deslocar a ênfase dos aspectos externos para as relações internas que se estabelecem no capitalismo latino-americano, reduzem a dependência à observação de como atuam as forças sociais em cada país e, portanto, a uma relação de interdependência dada pela estreita associação entre os grupos dominantes da burguesia interna dos países periféricos e os grupos sociais externos pertencentes aos centros hegemônicos¹⁰ – o que, a rigor, não explica nada além do óbvio.¹¹ Como o próprio Dussel

¹⁰ “[...] o único aspecto que caracteriza [a condição dependente] é a “forma de dominação”, que pode se mostrar sob variadas feições, até mesmo crescimento econômico, inexistência de tecnologia, dívida externa, distribuição de renda ou desenvolvimento. Não se define ao certo quais são essas formas de dominação, deixando campo aberto para qualquer tipo de interpretação e para a adoção de quaisquer daquelas expressões fenomênicas da dependência dos países periféricos em relação aos centrais” (AMARAL, 2012, p. 39).

¹¹ Pior do que isso, trata-se de uma perspectiva que acomoda os interesses do capital, seja ele nacional ou estrangeiro. Como bem aponta Traspadini (1998, p. 34), “[...] desenvolvimento dependente e associado é, segundo [Cardoso e Faletto], a única alternativa para que [as economias periféricas] consigam obter ganhos no comércio internacional, uma vez que a internacionalização das economias e a tendência à unificação dos mercados tornam-se pressuposto fundamental da nova perspectiva imperialista. Ao invés de lutar contra a atual ordem mundial,

reconhece, entretanto, definitivamente não é o caso de Marini – e defendemos que tampouco é o de Bamberger.

Nesse sentido, há realmente um problema na abordagem geral da crítica de Cueva quando considera a TMD alheia ao debate político de fundo ou quando vê nela uma ausência absoluta de qualquer referência à luta de classes, afinando-se, em certo sentido, com o weberianismo de Cardoso e Serra em seus apontamentos sobre um suposto economicismo exagerado em Marini. Em contraponto, nos parece correta a consideração de Bamberger quanto ao erro de se colocarem todos os sujeitos do debate em um mesmo pacote, sendo que os matizes teóricos e políticos são bem distintos, mesmo que dentro do campo crítico. Talvez isto fique mais nítido no presente do que o era no momento da produção da crítica. Afinal, olhar a história percorrida dos 1970 em diante nos dá muitos elementos que até os anos 1980 ainda não haviam se materializado como forma de ser concreta do capital no nosso território, para o que a aparente primazia do capital fictício, a intensificação da exploração no âmbito mundial e da superexploração no âmbito particular são notórios exemplos.

Seja como for, a grande questão é que as críticas abrem campo vasto para apreensões próprias que se descolam do debate da dependência, que o confrontam e, nessa linha, que se supõem um avanço frente à contribuição trazida pela TMD. Aqui se situam aqueles que se articulam em torno das teses decoloniais. Em paralelo, sem desejar rivalizar com a TMD, mas entendendo-se como um desdobramento lógico dela, está a moderna teoria do sistema mundial.

[Bamberger, em seu acerto de contas com a crítica da crítica, ainda toma Dos Santos como uma das principais referências da TMD. No entanto, os elementos trazidos por Cueva podem ser assumidos como uma boa antecipação do que viveríamos no século XXI: a transição do marxismo ortodoxo para a perspectiva eclética do sistema mundo de Wallerstein (1974), tese adotada por Dos Santos (2000) em suas retrospectivas sobre a dependência.¹²]

A pergunta que nos cabe é: os autores do debate da dependência superaram esta elaboração trazendo novos elementos à luz capazes de contribuir para as tarefas teóricas e políticas do nosso tempo? Em outras palavras, as teses do sistema mundo e as elaborações feitas a partir do “giro decolonial” – a nosso ver, as duas únicas elaborações teóricas de fôlego que

torna-se condição *sine qua non* juntar-se a ela para que se consiga conciliar as crises e os ganhos mundiais, com as vantagens competitivas que as empresas pretendem adquirir internamente”. Mais cepalino impossível!

¹² Cabe salientar que Arghiri Emmanuel e Samir Amin, dois importantes referenciais no debate marxista sobre a história do desenvolvimento desigual, integravam parte das referências do debate da dependência. Autores vinculados posteriormente à teoria do sistema-mundo, contribuirão para um giro epistêmico de Dos Santos e dos decoloniais rumo ao debate da relação entre as diferentes concepções da dependência presentes na atualidade do pensamento social latino-americano.

assumem a posição subordinada da América Latina no plano mundial e suas consequências como objeto de fundo – fazem aportes à TMD que produzem um salto teórico-político consistente? Ou, ao contrário, intensificaram suas interpretações rumo a um suposto avanço que atrofiou o campo crítico naquilo que nascia como teoria da revolução no continente?

Nossa resposta é um rotundo não à primeira pergunta e um lastimoso sim à segunda.

Rastros do retrocesso analítico: a título de conclusão

Nem a teoria do sistema mundo – que se elabora paralelamente à TMD –, nem o pensamento decolonial – que se estrutura como alternativa à TMD – logram superar a análise feita por Marini. E são as próprias apreensões de Cueva (em sua solitária e certa produção de um marxismo originário sobre as independências latino-americanas) e Dussel (a partir de seu mergulho profundo nas obras de Marx) que nos levam a tal afirmação. As críticas de ambos não se justificam quando apontadas para Marini e Bamberger; aquilo que ambos assumem como essencial na construção de uma interpretação marxista sobre a América Latina¹³ está em Marini e em Bamberger, na totalidade de suas obras.

Para Cueva (1974), uma análise que se pautar nas relações de dominação entre nações é uma análise não marxista. Primeiro, porque exacerbaria o nacionalismo, mostrando-se, por isso, uma análise burguesa; e, segundo, porque a dominação de uma nação sobre outra excluiria a dominação de uma classe sobre outra, como se fossem categorias de análise excludentes. Quanto a isso, o próprio Dussel (1988) fará a defesa, demonstrando que as transferências de valor envolvem uma relação de exploração, pois refletem a cisão das fases do ciclo do capital nas economias dependentes, tal como discutido por Marini (1973): a periferia cria valor que não será apropriado internamente, mas entrará na circulação internacional de capital. Mesmo que estivesse correta a conclusão de Cueva em torno da incompatibilidade de que nação e classe ocupem, ao mesmo tempo, posição de unidade central de análise, é um equívoco dizer que não há em Marini uma análise de classe: o próprio tratamento em torno da superexploração da força de trabalho evoca esse aspecto, provando que não existe desconexão entre nação e classe, ou entre capital, Estado e trabalho.

Apesar dessa defesa, Dussel (1988), como já dissemos, sustentará a crítica de que Marini

¹³ A essa altura, esperamos que já estejam claras as razões pelas quais uma interpretação marxista sobre a América Latina importa. Temos hoje, inclusive, o privilégio do distanciamento histórico que nos permite atestar os muitos limites das interpretações e políticas delas derivadas antes dominantes na América Latina, mesmo as de tentativa de mitigação de um “neoliberalismo puro” – neodesenvolvimentistas – e as de corte keynesiano – suposta razão para o sucesso do capitalismo do pós-guerra.

assume como fundamento da dependência aquilo que é sua consequência: a superexploração da força de trabalho. O argumento de Dussel é o de que o fundamento só pode ser as transferências de valor. E esta apreensão nos parece absolutamente correta. O erro está em não perceber a unidade existente entre transferências de valor e superexploração da força de trabalho (algo que vimos chamando de par categorial). Não são movimentos separados. Ao contrário, formam, juntos, o fundamento da dependência. Daí o sentido de dizer que a superexploração é o fundamento: ela não existiria não fossem as transferências de valor.

Marini constrói uma categorização que nos permite caracterizar o capitalismo dependente latino-americano em qualquer de suas fases históricas, como quem desnuda as leis gerais de funcionamento das formações econômico-sociais dependentes, aos moldes do que fez Marx para o modo de produção capitalista em termos mais gerais. Com isso, capta as especificidades do capitalismo *sui generis* latino-americano dada sua inserção nas relações internacionais, ressaltando que

[a] economia exportadora é [...] algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia, e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional. MARINI (2005b, p. 164)

De modo que o capitalismo dependente latino-americano é mola motora do próprio capitalismo, de seu processo de expansão à escala mundial, da forma como a concorrência interimperialista se desenha. A lógica da reprodução ampliada é polarizadora por definição, uma vez que produz “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento”, centro e periferia, riqueza e pobreza.

Em sentido muito diverso, a perspectiva do sistema mundo – supostamente complementar à teoria da dependência – abre enorme margem para que a vejamos como uma espécie de negação do imperialismo, dado que sua interpretação sugere que as relações entre países centrais, periféricos e semiperiféricos na dinâmica internacional são necessariamente relações de interdependência, e se expressam na associação (mutuamente benéfica) entre as elites capitalistas nacionais e internacionais. Segundo sua leitura, o que determina a posição que cada país ocupa na “hierarquia internacional” são as formas predominantes de controle sobre o trabalho. Nesse sentido, os países centrais apresentam uma estrutura produtiva sustentada em elevada composição do capital, maior capacidade produtiva, maior produtividade do trabalho e, finalmente, maior potencial de lucratividade; o trabalho tende a ser mais

especializado e diversificado. Os países periféricos, caracterizados principalmente por uma produção agrário-exportadora e, portanto, com baixa composição do capital, contam com trabalho pouco produtivo, fortemente explorado e, não raro, próximo à escravidão. As semiperiferias se situam em posição intermediária, combinando formas especializadas e diversificadas de trabalho com outras coercitivas e cativas.

O ponto chave da tese do sistema mundo está, a nosso ver, na transitoriedade dessas posições. A depender do avanço das forças produtivas e da capacidade de incorporá-lo às técnicas e processos de produção, um país periférico pode perfeitamente ascender à escala dos países centrais e vice-versa, assim como os semiperiféricos podem aprofundar as características que os convertem em centrais ou suprimi-las a ponto de serem rebaixados à condição de periféricos. Nesse sentido, é uma interpretação muito próxima da perspectiva estruturalista cepalina (cujos problemas e limites já foram explicitados em linhas anteriores, e podem ser aqui replicados), diferenciando-se dela, talvez, por não entender nenhuma dessas posições como fixa em nenhuma fase de vigência do sistema mundo capitalista; não enxerga, por isso, um desenvolvimento por etapas, mas um contínuo trânsito de um ponto a outro.

Assim como ocorrerá com o pensamento decolonial, perdem-se os porquês. As teses do sistema mundo não se ocupam da investigação acerca dos definidores estruturais da dependência e seus impactos, assumindo como traço distintivo desta condição a especialização na produção e exportação de alimentos e matérias-primas, o que garante o já mencionado caráter transitório da dependência. Com isso, os projetos políticos são muito diversos quando comparados aos que defende a TMD. Não há uma percepção em torno da necessidade de construção de um projeto emancipatório de mudanças estruturais e sistêmicas que busquem alterar a lógica geral. Aliás, nessa chave de pensamento as transições são naturalizadas. O entendimento é o de que as interações entre os países na cena internacional levam a que determinadas contradições se exasperem (o esgotamento ecológico e a urbanização são algumas delas, conforme sugere Wallerstein, 2003), chocando-se de maneira irrevogável com a lucratividade dos capitais e, por isso, pondo em xeque a própria capacidade de sustentação do sistema nas mesmas bases. Estaria aqui o mote para o esgotamento e falência do sistema mundo capitalista e não na luta de classes (!), como que num movimento autofágico que faz dos seres sociais meras alegorias.

Com limites, a nosso ver, muito mais aparentes, o pensamento decolonial e pós-colonial emerge propondo uma mirada sobre a América Latina que escape de uma perspectiva eurocêntrica sobre a totalidade histórico-social do mundo capitalista – frequentemente associada a Marx –, cujos desdobramentos mais expressivos envolveriam uma espécie de

naturalização do próprio colonialismo e da distribuição territorial de poder; como se as relações de dominação fossem justificadas e justificáveis pelas leis gerais de funcionamento do capitalismo em seu ímpeto expansionista. Sob esse manto, o propósito decolonial passa a ser, então, o de abandonar interpretações sobre a América Latina que se sustentem na premissa da totalidade.

Associada aos estudos culturais, sua preocupação central se dirige ao tratamento das formas culturais reveladoras das relações de dominação e subordinação a que se submetem as nações vitimadas pela colonização europeia, desde as origens deste processo até a contemporaneidade (uma vez que a subordinação cultural não se esgotaria quando superado o colonialismo, mas se estenderia por toda a etapa pós-colonial). Nesse sentido, forma de construção do conhecimento, raça, saber, poder, identidade, autoridade, sexo, subjetividade, trabalho e outros muitos aspectos constitutivos da vida social demarcariam aquilo que é moderno e avançado e o que é atrasado, arcaico e tradicional. O desígnio por detrás de qualquer perspectiva eurocêntrica seria, então, o de suprimir conhecimentos e culturas atrasadas em favor do domínio daquilo que é assumido como moderno; soterrar as particularidades históricas, intelectuais, étnicas, religiosas, filosóficas e culturais vistas como inferiores.

A reação decolonial passa pela defesa da construção de epistemologias alternativas à modernidade – numa espécie de descolonização epistemológica –, supostamente capazes de inspirar a construção de projetos políticos emancipatórios por meio de um multiculturalismo interdisciplinar¹⁴ a partir do qual os diferentes saberes se pusessem em diálogo e pudessem se integrar, formando, assim, múltiplas formas de conhecimento e de existência.

O erro irrevogável dessa perspectiva, entretanto, está em não se propor a compreender como ou por que se estabelecem os processos de colonização, quais são suas forças motoras e por quais razões se impõem como dominação, como se desdobram historicamente essas relações, ou qualquer outra questão que remeta a uma perspectiva totalizante. Ao não o fazer, a teoria decolonial não alcança nada além do efêmero, do singular e, ao mesmo tempo, diverso; fragmenta a análise da realidade, como se nenhuma determinação histórica e social se impusesse sobre nossas cabeças. É acometida de um individualismo metodológico que considera que a vida social é um somatório das partes, compostas por indivíduos supostamente

¹⁴ Seu caráter interdisciplinar parece estar no fato de esta abordagem ser tão aberta – e, por isso mesmo, tão ausente de rigor teórico-conceitual – que admite em seu corpo qualquer reflexão, qualquer tema, independentemente de seu sentido, em nome de certa liberdade criativa. O problema é que, ao admitir e incorporar tudo à sua proposta epistemológica, converte-se numa teoria oca, vazia, ou numa não-teoria. A rigor, não explica nada e admite tudo como explicação possível.

livres tomando decisões supostamente livres. Isso produz, a nosso ver, uma aparência de igualitarismo por meio, sobretudo, de um discurso de inclusão que, por ser muito fluido, se esvazia e se torna confuso, inclusive porque não se tem claras quais são suas bases filosóficas, sua visão de mundo. As palavras de Osorio (2009, p. 67) sintetizam com precisão os vícios de origem, por assim dizer, desta abordagem:

[...] las visiones disciplinarias parcelan la realidad societal y constituyen cuerpos teóricos y conceptuales autorreferidos que no permiten un tránsito fluido a los conceptos y categorías de otras disciplinas e impiden o dificultan los agregamientos que una tal visión supone. Estos enfoques y procedimientos harán que América Latina se nos escape de las manos y que a lo sumo sólo se logre construir un *collage*, mayor o menor, hecho de pedazos bien o mal cosidos. Pero las preguntas que nos remiten a lo que es América Latina seguirán sin respuestas.

Diante do exposto – e sem desejar menosprezar a importância dessas duas teorias que, para além de ocuparem hoje amplos espaços no pensamento social latino-americano, contribuem para entendermos parte do problema a partir das epistemologias e métodos que utilizam –, nos cabe afirmar que ambas as perspectivas “terminan por desintegrar a América Latina como problema teórico” (OSORIO, 2009, p. 51). Não são, portanto, avanços frente à TMD. Ao contrário, representam muitos passos atrás quanto ao cerne da dependência, quanto ao que a dependência é, de fato. E, por isso, representam muitas perdas não apenas do ponto de vista da análise, senão também no campo da ação.

Entendemos que parte desse retrocesso analítico resulta da ofensiva do capital contra nossos territórios e povos, em uma violenta aceleração do tempo histórico, apropriação de terra e trabalho e empobrecimento do ambiente intelectual. No entanto, outra parte – tão violenta quanto a anterior – deve-se à condição de invisibilidade, soterramento e negação, que fazem do recuo uma forte tendência de derrota histórica do pensamento, da razão e, sem dúvida, da ação revolucionária na América Latina. De modo que, se já nos parecia há muito urgente resgatar a TMD, seus textos e contextos, em razão da potência teórica e explicativa que oferece para entendermos os dilemas do nosso tempo, hoje se coloca ainda mais vital resgatá-la também por conta dos fecundos debates que dela resultam. Desmerecê-los ou ocultá-los joga por terra o sentido da formação política às novas gerações e contribui para nublar o que deveria ser esclarecido.

Referências Bibliográficas

- AMARAL, Marisa Silva. *Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. Tese (Doutorado em Economia) – Departamento de Economia, FEA/USP. São Paulo, 2012.
- BAMBIRRA, Vânia. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. México: Serie Popular Era, 1978.
- _____. *Memorial*. Brasília: UnB, 1994. Disponível em: <https://ufrgs.br/vaniabambirra/wp-content/uploads/2016/01/memorial-abril-1991.pdf>. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.
- CARDOSO, Fernando Henrique e SERRA José. Las desventuras de la dialéctica de la dependencia. In: *Revista Mexicana de Sociología*, Número Especial, México, 1978.
- CASTRO, Juan Cristóbal Cárdenas. Controvérsias sobre a Teoria da Dependência e seu Fundamento. In: *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 12, n. 2, Brasília, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16017>. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.
- CEPAL. Estudio Económico da América Latina, 1949. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- COX, Robert. Social Forces, States and World Order: Beyond International Relations Theory. In: *Millennium - Journal of International Studies*, v. 10, n. 2, 1981.
- CUEVA, Agustín. *Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia*. México: UNAM, Centro de Estudios Latinoamericanos, 1974.
- _____. *El desarrollo del capitalismo en América Latina*. México: Siglo XXI Editores, 1977.
- DOS SANTOS, Theotônio. *Memorial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/446309463/Theotonio-dos-Santos-Memorial>. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.
- _____. *A teoria da dependência: balanço e perspectiva*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- DUSSEL, Enrique. *Hacia un Marx desconocido*. Un comentario de los Manuscritos del 61-63. México: Siglo XXI Editores y Editora Iztapalapa, 1988.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México: Ediciones Era, 1973.
- _____. Las razones del neodesarrollismo. Respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra. In: *Revista Mexicana de Sociología*, Número Especial, México, 1978.
- _____. Memória, 1990. IN: TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005a.
- _____. *Dialética da Dependência*, 1973. In: TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005b.
- MARINI, Ruy Mauro e MILLÁN, Mária (Org.). *La teoría social latino-americana textos*

- escogidos*. Tomo I: De los orígenes de la CEPAL. México: UNAM/CELA, 1994.
- _____. *La teoría social latino-americana textos escogidos*. Tomo II: La teoría de la dependencia. México: UNAM/CELA, 1994.
- _____. *La teoría social latino-americana textos escogidos*. Tomo III: La centralidad del marxismo. México: UNAM/CELA, 1995.
- OSORIO, Jaime. *Explotación redoblada y actualidad de la revolución*. México: Editorial Itaca, 2009.
- PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- QUIJANO, Aníbal. Redefinición de la dependencia y proceso de marginalización social. IN: WEFFORT, Francisco e QUIJANO, Aníbal (Org.). *Populismo, marginalización y dependencia*. Ensayos de interpretación sociológica. San José, Costa Rica: Universidad Centroamericana, 1973.
- _____. *Imperialismo y marginalidad en América Latina*. Lima: Mosca Azul Editores, 1977.
- RIBEIRO, Flávio Diniz. *Walt Whitman Rostow e a problemática do desenvolvimento: ideologia, política e ciência na Guerra Fria*. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, FFLCH/USP. São Paulo, 2007.
- ROSTOW, Walt Whitman. *Etapas do Desenvolvimento Econômico (Um Manifesto Não-Comunista)*. 6ª edição. São Paulo: Ed. Zahar, 1978.
- TRASPADINI, Roberta Sperandio. *A Perspectiva (Inter)dependentista de Fernando Henrique Cardoso: uma visão particular do desenvolvimento capitalista brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 1998.
- TRASPADINI, Roberta S. e AMARAL, Marisa S. Ruy Mauro Marini e a Teoria Marxista da Dependência (TMD): um legado para a luta de classes no século XXI. In: SANTOS, Kátia Hale dos.; ALVES JÚNIOR, Paulo. (Org.). *Pensamento social brasileiro e serviço social*. São Paulo: Editora LiberArs, 2021, no prelo.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno*, Vol. I: A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Ed. Afrontamentos, 1974.
- _____. *O sistema mundial moderno*, Vol. II: O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750. Porto: Ed. Afrontamentos, 1974.
- _____. *Mundialização ou Era de Transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema mundo*”. In: CHESNAIS, François et. al. *Uma Nova Fase do Capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.